

A nova Legislatura

Congresso Nacional

Termina hoje mais uma Legislatura do Congresso Nacional. Nos últimos quatro anos, os senadores e deputados que a integraram foram participantes de destacados acontecimentos da vida política brasileira. Com a sua ação, inclusive oposicionista, João Baptista Figueiredo foi eleito e empossado Presidente da República. Com a sua participação, o Ato Institucional nº 5 foi revogado, a Arena e o MDB foram extintos, novos Partidos foram criados, a Lei da Anistia foi aprovada e as eleições de novembro último foram realizadas.

A Legislatura que hoje se finda há de passar à História como uma das mais importantes do Brasil em nosso tempo. Mas isto só será percebido depois que baixar a poeira das paixões políticas e quando os personagens se distanciarem no tempo, para o julgamento mais sereno do contemporâneo do futuro.

Os parlamentares que hoje encerram seu mandato, ou os que renunciarão a ele para assumir governos estaduais podem ter a consciência tranqüila do dever cumprido. Não houve certamente a perfeição, pois nada de humano é perfeito. Mas houve, sobretudo, a sua participação na abertura democrática, na fase de transição entre o arbítrio do AI-5, que ficou para trás, e a sólida e justa democracia que se abre para o Brasil no amanhã.

De outro lado, instala-se amanhã a nova Legislatura, que comandará as ações do Poder Legislativo até 31 de janeiro de 1987. Sobre os ombros dos novos 479 deputados e 69 senadores da República pesam igualmente destacadas responsabilidades políticas, sociais e econômicas.

Os 548 novos congressistas, alguns de primeiro mandato, outros reeleitos e outros, ainda, que retornam após algum tempo de afastamento, inclusive por cassações e exílio, são os políti-

cos que têm a missão de fazer avançar o processo da abertura democrática, estacionado há algum tempo por força de difíceis obstáculos. Sendo a abertura um processo coletivo e não de exclusiva competência do Presidente da República —, devem os novos legisladores assumir seu papel ativo e intransferível, de modo a responder aos anseios profundos da sociedade brasileira por mais estabilidade política, democracia social, desenvolvimento econômico.

O novo Congresso Nacional, que se empossa amanhã, vai eleger o futuro Presidente da República, a 15 de janeiro de 1985, como parte integrante que é do Colégio Eleitoral, ao lado de representantes das Assembléias estaduais. Vai o Congresso exercitar ao máximo a capacidade negociadora, tendo em vista o novo equilíbrio de forças partidárias que o compõem. E tem o Congresso o nobre e inigualável poder político de representante máximo do povo brasileiro, com mandato para emendar e reformar a Constituição da República naquilo que precisa ser adaptado aos novos tempos e projetos para o futuro que se aproxima.

Compõem a nova Legislatura figuras consagradas e experientes, que se reelegeram, e nomes também competentes, que retornam ao Congresso após anos de ausência. E há os jovens parlamentares de primeiro mandato, dos quais é lícito esperar a contribuição generosa de sua inteligência e espírito público para que a própria democracia representativa, freqüentemente posta em dúvidas por suas fraquezas e imperfeições, possa responder, com vigor, aos desafios da nação, aos angustiantes problemas sociais e econômicos e à criação de um Parlamento efetivamente estável e sólido, respeitado e atuante, à altura de seu papel na História política do país.